

Carta à OCDE: Insista para que o Brasil atenda aos altos padrões da OCDE em matéria de proteção ambiental, climática e indígena.

Ao considerar a adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os Estados-membros e a Organização devem insistir para que o Brasil realize mudanças significativas, mensuráveis e imediatas em seu tratamento do meio ambiente, do clima e dos povos indígenas. Alcançar melhorias amplas e duráveis nessas áreas deve ser uma condição essencial para a adesão do Brasil à OCDE. Essa premissa é coerente com a exigência da Organização para que os candidatos a membros demonstrem uma [“visão compartilhada” da democracia e dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que cumprem os “Princípios Fundamentais” específicos, incluindo o meio ambiente, a biodiversidade e o clima.](#)

Ao avaliar a adequação do desempenho socioambiental do Brasil, a OCDE deve realizar uma devida diligência, cuidadosa e independente, do histórico do Brasil. Uma análise da OCDE sobre os casos em que o Brasil não aplica as normas ou não faz a sua parte para alcançar os objetivos globais climáticos ajudará a estabelecer uma linha de base para medir o progresso futuro. Os Estados-Membros devem insistir para que o Brasil atenda aos altos padrões da Organização em matéria de proteção ambiental e justiça social antes de aceitá-lo como membro da OCDE.

A adesão à OCDE é, há muito tempo, um objetivo do governo brasileiro e de seu povo, e esse processo encontra-se agora em um momento crítico. Em junho, a OCDE preparou um [“Roteiro” oficial \(roadmap\)](#) delineando o processo que a Organização seguirá para considerar a adesão do Brasil e detalhando os “Princípios Fundamentais” que o país deve seguir. O Roteiro deixa claro que a OCDE espera, com razão, que o Brasil cumpra os princípios das políticas ambiental, de biodiversidade e climática, [incluindo a reversão e o a cessação do desmatamento](#), conforme acordado durante a COP26 da CQNUMC em Glasgow, em novembro de 2021. Além disso, o Roteiro se refere não apenas à proteção ambiental, mas também ao “respeito e ao cumprimento dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais” e à “investigação rigorosa” da violência e da intimidação contra os defensores do meio ambiente. A inclusão desses critérios reflete um entendimento crucial de que o Brasil não pode proteger a floresta amazônica sem proteger as pessoas que estão na linha de frente dos esforços para salvá-la.

Nossos grupos acreditam — e os dados comprovam — que o Brasil, sob o regime de Bolsonaro, não atende, atualmente, aos critérios ambientais, climáticos e de direitos humanos da OCDE. Entretanto, espera-se que, ainda neste mês, o país apresente o seu “Memorando Inicial” - documento oficial no qual o país provavelmente argumentará que suas políticas e práticas estão em conformidade com os requisitos da OCDE. Os comitês técnicos da OCDE, então, revisarão o Memorando, de acordo com os critérios do Roteiro, e determinarão os próximos passos para a adesão. A forma como os países membros e os comitês da OCDE se manifestarão terá consequências reais para a mudança climática, para a região amazônica e para os povos indígenas, entre outras questões-chave de ordem global.

O Comitê de Política Ambiental da OCDE deverá examinar minuciosamente o aumento das taxas de desmatamento e degradação na região amazônica — sobretudo porque a floresta se aproxima de um ponto de ruptura ecológica perigoso. Aproximadamente [40% do desmatamento atual no bioma amazônico ocorre em terras públicas sem designação de uso](#). Nas terras públicas demarcadas como

territórios indígenas e unidades de conservação, o desmatamento aumentou 153% e 63%, respectivamente, nos últimos três anos (2019-2021). Esse desmatamento é em grande parte devido ao desmantelamento dos órgãos federais responsáveis pela aplicação das leis ambientais e pela proteção dos direitos indígenas. Os governos federal e estaduais não conseguiram proteger as florestas de propriedade pública; sua contínua inação faz com que essas terras não-designadas se tornem agora mais vulneráveis à grilagem de terras e ao desmatamento.

O Comitê de Agricultura da OCDE deverá estar atento aos fatores que impulsionam o desmatamento e a ocupação ilegal de terras para cultivos e pastagens. Essa ocupação (geralmente ilegal) é frequentemente visível com as queimadas. Em agosto, o número de queimadas na Amazônia alcançou o nível mais alto dos últimos 15 anos, segundo dados do programa federal que monitora o bioma. Com mais de 3 mil incêndios detectados, esse número é quase o triplo das ocorrências registradas no “Dia do Fogo”, em 2019. A OCDE deve considerar a má governança florestal como uma das principais falhas que contribuem para a emissão de gases de efeito estufa e afetam negativamente o ambiente de negócios no país.

Além dos níveis crescentes de desmatamento, os crimes violentos e os abusos dos direitos humanos aumentaram na gestão de Bolsonaro. Tais desvios incluem frequentemente atos de violência e intimidação contra os defensores do meio ambiente. Em 2020 e 2021, 182 e 176 povos indígenas foram assassinados no Brasil, respectivamente. No ano passado, houve o maior número de crimes violentos cometidos contra os povos indígenas desde 2013. O Comitê de Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais da OCDE deve estar ciente da situação atual no Brasil e assegurar que a revisão do “Memorando Inicial” reconheça as mudanças que devem ocorrer no país para alcançar o Roteiro da OCDE.

Nós, os signatários desta carta, solicitamos que os Estados-Membros da OCDE examinem minuciosamente os acontecimentos recentes no Brasil. Por favor, avaliem cuidadosamente as políticas, os processos e os históricos climáticos e ambientais do país. Insistam em uma forte e devida diligência, que inclua avaliações de terceiros, revisões independentes e missões de averiguação. Consultem a sociedade civil, os povos indígenas e os defensores das florestas cujas vidas foram colocadas em risco.

Embora esperemos que o Brasil possa aderir à OCDE nos próximos anos, o processo não deve ser precipitado. A Organização deverá enfrentar os altos níveis de desmatamento e degradação, os abusos dos direitos indígenas e os crimes florestais que se agravaram durante o governo Bolsonaro. Exortamos a OCDE a determinar que, para obter a adesão, o Brasil terá que implementar reformas políticas significativas — e alcançar um progresso perceptível nesses domínios — como condição prévia para integrar a OCDE.



A Drop in The Ocean	Conectas Direitos Humanos	Society for Threatened Peoples
Advocates For Community Alternatives	Environmental Defense Fund	Greenpeace Med (Israel)
Both ENDS	Environmental Investigation Agency	Hivos
Business and Human Rights Resource Centre	Foreign Policy for America	IBANQROO
Center for American Progress	Forest Trends	Inga Foundation USA
Climate Advisers	Global Witness	International Federation for Human Rights
Justiça Global	Oyu Tolgoi Watch	International Rivers
Lady Lawyer Foundation	Public Eye	Swedwatch
Maryknoll Office for Global Concerns	Polski Instytut Praw Człowieka i Biznesu	Talanoa Institute
Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil	ProDESC	The Jus Semper Global Alliance
Movimento Tapajós Vivo	Reseau International Des Citoyens Pour L'environnement	Uma Gota No Oceano
National Wildlife Federation	River without Boundaries Coalition - Mongolia	Washington Brazil Office
Natural Resources Defense Council (NRDC)	Save My Future (SAMFU) Foundation	Wild Heritage
OECD Watch		Wildlife Conservation Society
		World Animal Protection
		WWF-Brasil